

ATA Nº 15 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PEDRÓGÃO GRANDE

Mandato 2017/2021

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, do mês de abril.-----

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas, reuniram a Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto Um- Período Antes da Ordem do Dia.-----

Ponto um, ponto um - Aprovação das Atas das reuniões anteriores.-----

Ponto um ponto, ponto dois - Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente.-----

Ponto um, ponto três - Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local.-----

Ponto dois - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade Municipal.-----

Ponto três - Propostas da Autarquia.-----

Ponto três, ponto um - Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Relativas ao Ano Financeiro de 2018 (Decreto-Lei Nº54/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Lei Nº162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei Nº315/2000, de 2 de outubro e pelo Decreto-Lei Nº84-A/2002, de 5 de abril, que aprovou o POCAL e a Lei Nº73/2013, de 03 de setembro).-----

Ponto três, ponto dois - Proposta de Aplicação de Resultado Líquido do Exercício de 2018.-----

Ponto três, ponto três - Apreciação e votação da Revisão Orçamental Nº01/2019.-----

Ponto três, ponto quatro - Apreciação e votação da Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Pedrógão Grande.-----

Ponto três, ponto cinco - Adenda aos contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia.-----

Ponto três, ponto seis - Transferência de Competências no âmbito da Educação e da Saúde.-----

Ponto quatro - Período Destinado à Intervenção do Público.-----

O Presidente da Assembleia Municipal, ordenou que se procedesse à assinatura do Livro de Ponto, verificando-se as presenças dos seguintes Deputados Municipais: -----

Fernando Manuel Fernandes Antunes; Joaquim Augusto Torres Simões Palheira; António Manuel Fernandes Carvalho (em substituição de Luís Filipe Henrique Antunes); Humberto Fernandes Coutinho (em substituição de Carlos Manuel Simões Dias José); Ricardo Dionísio Antunes Mata Pereira (em

substituição de Ivo Fernando Pais Pereira); Nélia Maria Henriques Alves; José Jesus Seco da Cruz; Joaquim Coelho Baeta Graça; Luís Manuel Piedade David; Rui Miguel Morgado Capitão; Paula Rita Paiva de Carvalho; Luís Paulo Pereira Fernandes; Henrique Manuel Fernandes Leite; Magda Sofia Alves David.-----

Estiveram presentes, o Presidente da Junta de Freguesia Graça, Pedro Manuel da Silva Pereira, o Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande Carlos Fernandes do Jogo e o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia, José António Dinis Henriques.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, Valdemar Gomes Fernandes Alves, pela Vice-presidente Maria Margarida David Lopes Guedes e pelo vereador, Raúl José Piedade Baptista Garcia. Faltaram os vereadores, João Manuel Gomes Marques e Nelson David Fernandes.-----

Confirmada a existência de quórum o Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal cumprimentando os Deputados Municipais, o Presidente da Câmara Municipal, a Vice-presidente, os vereadores, os funcionários do Município presentes e o público em geral.-----

Ponto Um- Período Antes da Ordem do Dia.-----

O Presidente da Assembleia Municipal interveio referindo que perante a extensa ordem de trabalhos que se apresenta, apela ao bom funcionamento e desenvolvimento dos trabalhos a fim de que se cumpram a tempo toda a ordem dos trabalhos..-----

Ponto um, ponto um - Aprovação das Atas das reuniões anteriores.-----

Foram colocadas à votação pelo Presidente da Assembleia Municipal para apreciação e votação as seguintes ata:-----

Ata Nº13/2019 foi aprovada por maioria com quatro abstenções.-----

Ata Nº14/2019 foi aprovada por maioria com quatro abstenções.-----

Ponto um ponto, ponto dois - Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente.-----

O Presidente da Assembleia Municipal fez a leitura resumida da correspondência colocando os documentos à disposição para consulta.-----

Ponto um, ponto três - Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local.-----

O Presidente da Assembleia Municipal após consulta junto dos Deputados Municipais tomou nota das inscrições, tomando a palavra:-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia, José António Dinis Henriques iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa e os presentes e prosseguiu referido que uma vez que Pedrógão Grande é um concelho virado para o Turismo, questiona o que tem a autarquia destinado para as casas e para os barracões destruídos e espalhados pelo concelho que, como cartão-de-visita, não serão uma boa imagem. Disse também que estando ligado à política há vinte e três anos lembra-se de as máquinas da camara serem distribuídas pelas juntas de freguesias para limpeza e outros serviços que fossem necessários ao bom funcionamento das mesmas e dos fregueses e gostava de saber o porquê de há alguns anos a esta parte isso não acontecer. Prosseguiu falando nos autocarros que em tempos eram cedidos por exemplo para os passeios seniores e que este ano tal não aconteceu, tendo sido informado que não era possível e gostaria de saber a razão.-----

Prossegue referindo-se ao Parque Infantil e à Escola Básica de Vila Facaia cujo parque de infantil se encontra sem funcionar há algum tempo, impedindo as crianças de brincar e por isso pede informações sobre este assunto. Referiu também que no Casal D'Além há uma Travessa em calçada que não se encontra em boas condições e por isso apela à sua recuperação, assim como a estrada nas das Várzeas dentro da localidade e a rua principal de Vila Facaia que se encontra cada vez em pior estado, pelo que questiona se há algum projeto para a sua melhoria e sugere uma rua em calçada "tipo aldeia histórica" como a que existe na Vila de Pedrógão. Continua referindo que gostaria de obter resposta ao fato de os e-mails enviados da Junta de Freguesia de Vila Facaia para o Município nunca terem resposta.-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Graça, Pedro Pereira iniciou a sua intervenção cumprimentando o Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa, a bancada do PS, a bancada do PSD e o público em geral, prosseguiu realçando e parabenizando o evento do simulacro promovido pelos Bombeiros Voluntários no passado dia, 28 de abril de 2019, entre as corporações de Bombeiros de Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Cernache do Bonjardim, na Bouçã. Realçou que uma das dificuldades resultantes deste simulacro foi a deficiência na rede de comunicações SIRESP, uma situação infelizmente, recorrente, e de forma a que não fiquem dúvidas apresentou a carta que a ALTICE enviou à Junta de Freguesia da Graça e que fala sobre o compromisso assumido de que iriam investir na expansão e na modernização das infraestruturas o que efetivamente não aconteceu e que

afeta a vida quotidiana dos pedroguenses. Entregou à Mesa uma cópia do referido documento. Referiu-se à dificuldade em encontrar informação atualizada no site do Município e na articulação entre o site e a rede social Facebook. Apontou a possibilidade de uma intranet para melhorar a comunicação interna. Continuou falando nas Comemorações do 25 de abril deste ano e disse que a sessão solene, sobretudo, foi de louvar mas que houve atividades que se sobrepuseram e isso não é positivo. Falou num artigo que saiu no Jornal “Expresso” e que lhe chamou a atenção sobre o Programa 2030 sobretudo acerca da questão das verbas para a zona centro, nomeadamente para o interior, salientando que os valores não lhe parecem adequados às necessidades dos municípios desta zona. Prosseguiu falando num Ofício remetido pela Câmara Municipal com a Ref. Nº3445 de 7.11.2018, uma deliberação da reunião de Câmara de 25 de outubro de 2018 e que segundo diz, até à data ainda não foi recebida a verba para o efeito que se refere a um apoio solicitado para a pintura dum muro.-----

Questionou o Presidente da Câmara sobre a Capela das Brotas, na Adega, sobre qual o futuro daquela obra. Em questão de obras e necessidades apuradas referiu que, aquando das reuniões de debate sobre o Orçamento, entregou um documento de trabalho onde enumerava algumas situações na Freguesia da Graça que não vê atendidas., como o caso dos semáforos na Graça, assim como o desnível na estrada junto ao Posto Médico, o troço do nó da Adega até à rotunda do Outão que está danificado, bem como outros problemas que se mantêm sem resolução. Falou na questão preocupante das constantes ruturas de água e na falta de atendimento do numero para o efeito.-----

A Deputada Magda David iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa, os colegas de bancada, o Presidente da Câmara Municipal, a Vice-presidente, os vereadores e o público em geral. Parabenzou a organização da Semana Santa e a solenidade com que as cerimónias foram feitas. Falou nas comemorações do 25 de abril e dos cinco dias de eventos que considerou bastante relevantes e positivos. Prosseguiu referindo-se à estrada das Várzeas a Vila Facaia e na ponte no sentido norte sul aonde se verifica uma falta de barreiras de proteção face à ribanceira existente. Falou também da Capela da N. Sra. das Brotas pela terceira vez neste órgão. Prosseguiu questionando quais são os programas e/ou projetos em curso para apoio aos idosos do concelho pois infelizmente são a população mais numerosa do concelho. Questionou qual a intervenção feita após os incêndios quer a nível psicológico quer a nível sociocultural e questiona o não desenvolvimento do Projeto Sénior, apresentado em 2016 e ainda sobre o novo projeto CLDS. -----

O **Deputado Rui Capitão** iniciou a sua intervenção cumprimentou a Mesa, o Presidente da Assembleia Municipal Municipal, o Presidente da Câmara Municipal, a Vice-presidente, os vereadores e o público. Prosseguiu a sua intervenção abordando assuntos diversos. Finda a mesma entregou em suporte de papel à Mesa, de modo a que esta faça parte integrante da presente ata e que se transcreve abaixo:---
“CARNAVAL DE VILA FACAIA – Agradecimento à Junta de Freguesia de Vila Facaia pela iniciativa e à Câmara Municipal pelo apoio directo dado. Cada ano está melhor! É certo que o esforço financeiro já é algum, porém é um Carnaval que começa a ter nome na região. Não o podemos comparar a outros, já com dezenas e dezenas de anos, mas para um Carnaval tão recente e tão tradicional estão uma vez mais de parabéns. É preciso também que os demais Pedrogueses e Gracianos dêem o seu apoio quanto mais pela sua presença. Trata-se de um Carnaval que é de todos e do concelho e não apenas de Vila Facaia. Fiquei agradado de este ano ter visto mais pedrogueses, residente no centro, em Vila Facaia.-----

PARQUES JUVENIS E DE LAZER – Tenho constatado, ou será impressão minha, que estes espaços com excepção do situado à Devesa se encontram abandonados e sem intervenções dignas quanto aos seus equipamentos, nomeadamente o localizado junto ao acesso à Rodoviária. De facto trata-se de um local nada arejado, escondido pela vegetação arbórea que foi crescendo. É necessária pois uma intervenção no referido espaço e bem assim nos equipamentos do parque infantil no fundo da Vila. Em parte semelhante à que foi feita no jardim dos aromas junto às Finanças.-----

Pergunto há quanto tempo e quando foi a última vez que tais equipamentos foram fiscalizados e atestadas as suas condições para os fins a que se destinam, nomeadamente quanto à sua segurança? Estendo a pergunta ao circuito urbano e equipamentos fixos para desporto espalhados pela Av. Comendador Manuel Nunes Correia e Av. Francisco Sá Carneiro. Pergunto ainda quem é que faz a certificação e manutenção de tais equipamentos?-----

PERCURSO PEDONAL ATÉ AO CAMPO DE SÃO MATEUS - Tendo a Autarquia adquirido há mais ou menos 3 anos a esta parte uma faixa de terreno junto à Escola Tecnológica e junto à Av. 25 de Abril, um suposto percurso pedonal até ao Campo de São Mateus, tendo inclusivamente delimitado a faixa comprada e cujo investimento foi de € 25.000,00, pergunto porque razão não existe até hoje qualquer percurso pedonal? O que se passa? Pois só de tempos a tempo é que as silvas e matos que crescem em tal faixa são cortados mas não vejo qualquer circuito nem condições para se poder circular em tal faixa ou em tal matagal? Se era para estar assim não era preciso comprar tal faixa. O que é que é para

se lá se fazer e para quando?-----

SÃO MATEUS - Já várias vezes aqui alertei que a taxa de utilização do São Mateus é elevada. Existem treinos todos os dias quer do Recreio quer do Benfica. As condições de acesso pedonal pela EM516 são más porque não existe passeio e a vegetação está junto, e por vezes por cima, da via de circulação a qual possuiu uma lombas. Os atletas mais velhos que tomam a referida estrada no percurso da EB23 e Tecnológica para o São Mateus são obrigados por vezes a ter que circular na via de circulação e quem ali passa de carro fá-lo por vezes a grandes velocidades.-----

Já alertei aqui mais do que 3 vezes para o facto. Referi até que iluminação da referida estrada até ao Sº Mateus é deficiente e propôs que se estuda-se a colocação de lombas junto ao S. Mateus para controlar as velocidades.-----

Constato que até hoje nada foi feito nem existe sequer, salvo erro, qualquer sinal de perigo para a aproximação de crianças na zona nem limitadores verticais de velocidade em nenhum dos sentidos. Agradeço que o executivo tenha isto em conta e resolva de uma vez por todas a situação. Qualquer dia tem um acidente nas mãos ou uma morte na consciência. Pois diariamente mais de uma centena de atletas treina no São Mateus e muitos deles tomam tal percurso não existindo respeito ou consciência dos condutores do perigo que causam ao não moderarem a velocidade.-----

ESTRADA NACIONAL N.2 – Tal estrada faz parte da rota na Nacional n.º 2. Ora o muro de suporte de terras do logradouro da antiga serração encontra-se num estado de iminente derrocada sobre a N2. Foi lá colocado uma grade (provavelmente para alertar do perigo eminente) sucede que se tal grave alerta para quem por ali circule a pé, nem era preciso pois é visível o estado do muro, não evita a derrocada eminente nem que não haja qualquer acidente com os veículos que ali circulem. Atendendo à altura do muro e ao espaço existente entre este e a faixa de rodagem as terras e detritos que possam são arrastados pela derrocada podem não ficar contidos no referido espaço e colher quem por ali circule.-----

Ora a referida serração e terrenos adjacentes foram vendidos no seguimento de um processo de insolvência. Facto que é público. Portanto, quem os adquiriu já os adquiriu sabendo do estado de eminente derrocada em que o muro se encontrava. Estando hoje lá uma placa de arrenda-se ou vende-se não sei agora precisar.-----

A situação ora relatada constitui um perigo sério e a CMPG tem que actuar. Pergunto: Se foram feitas até há data ou não algumas diligências junto dos novos proprietários com vista à reposição das

161

condições de segurança do referido muro e se sim quando e quais? Se não foram pergunto se a CMPG não tens consciência do perigo que tal muro apresenta e o que é que se propõe fazer?-----

CENTRO DE SAÚDE – Pelo que sei a empreitada do Centro de Saúde esta concluída, mas se o não está assim aparenta há vários meses. Porque razão é que o mesmo não foi até há data aberto? Porque razão se continuam a gastar mais de € 5.000,00 por mês nas instalações provisórias? O que falta para que os serviços ocupem o centro de saúde?-----

IRS - Conforme a ATA Nº. 22/2017 DA CÂMARA MUNICIPAL da REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017, quanto à participação do Município no IRS e acta n.º 2 da Assembleia Municipal de 28/12/2017, foi aprovado fixar como percentagem devolutiva o valor de 5% na participação variável de IRS.-----

Já este ano alertei, na aprovação dessa participação de IRS para os rendimentos de 2018 a entra nos cofres da autarquia em 2019, que a taxa estava errada porque a taxa que tinha que ser declarada às finanças não era 5% mas sim 0% só dessa medida é que a diferença entre os % e os 5% entravam para os bolsos dos contribuintes pedroguenses.-----

Já em Dezembro de 2018 alertei que o executivo e/ou os serviços estavam a elaborar em erro. Que o que tem que ser aprovado em sede de órgão executivo e deliberativo não era a percentagem de devolução mas sim a percentagem de participação. Pois o que tem que ser comunicado é a percentagem de participação que se queria que fosse 0%.-----

Nessa assembleia, foi corrigido um mapa das participações do IRS nos anos de 2016 a 2018, e justificado que se tratava de uma gralha quanto a 2018. Ora não era gralha nenhuma. Constato que em relação aos rendimentos de 2018 cujo IRS está agora a ser submetido a taxa aplicada pelo município e participada ao Serviço de Finanças não é de 0% mas sim de 5%, ao contrário do que tinha sido aprovado pelo executivo e por esta AM em Dezembro de 2017.-----

Como consta da consulta pública e disponível no site das finanças relativas às taxa de participação no IRS dos municípios, para 2018 este município declarou no dia 29/12/2017 às 11:03:08 que pretendia uma participação de 5%, ou seja, tudo.-----

E efectivamente o que este ano em 26/12/2018 foi comunicado às finanças é que a taxa de participação é precisamente 0% o que confere a taxa máxima devolução ao munícipes de 5%. Por isso pergunto? Tendo sido intenção do município não beneficiar que qualquer taxa na participação do IRS mas tendo contrariamente comunicado uma taxa de participação de 5% o que pretende fazer

para resolver o erro?-----

Falamos aqui de um valor elevado. Pois se para os rendimentos de 2017 a taxa de participação foi de 3% o que levou a uma receita em 2018 de 39.313 € (conforme espelha o relatório de contas) e com taxa de 5% em 2018 os montantes podem facilmente ser superiores a € 60.000,00.-----

60.000,00 que deliberamos que deviam ser restituídos aos Pedroguenses e que não o vão ser, como aliás, não estão a ser porque decorrem já liquidações e as pessoas não estão a beneficiar absolutamente nada.-----

Pergunto o que é que se passou? Porque razão o deliberado não foi o executado? Tem o executivo conhecimento que o que consta do portal da finanças para os rendimentos de 2018 é uma taxa de 5%? Se não tem devia ter porque eu tive e não pertença ao executivo! Tendo existido erro como vai o executivo corrigir esse erro?-----

Repare-se que no mesmo ano Lisboa devolveu 2,5%; Porto não devolveu nada. Castanheira devolveu 2,5% e Figueiró 1%.-----

DONATIVOS – Não falo que quem tem vindo a público pelos meios de comunicação social. Mas falando do que sei digo o seguinte. Breve há 2 anos que cerca de € 350.000,00 de donativos recebidos pela autarquia para as vítimas dos incêndios se encontram em depósito no banco, portanto parados e provavelmente à ordem, sem que lhes seja conhecido qualquer destino.-----

Não sei se existe mais ou menos, nem me interessa, o que me disseram há quase dois anos é que existe aquele, os cerca de € 350.000,00 e cabe-me a mim enquanto eleito local zelar que que existe. Talvez se conheça o destino dos € 350.000,00 daqui a dois anos em vésperas de eleições, mas aí, não irão ajudar ninguém mas apenas o candidato ou a candidata que os resolva, à data, distribuir!!! Esperava mais! E esperava maior honestidade e respeito no uso desse dinheiro ou pelo menos que o mesmo fosse realmente aplicado nos fins a que se destinava. Não suspeito da existência mais, mas tenho que dizer ao executivo que a grande vergonha não é comentar-se que pode existir mais mas sim a vergonha de ter parados € 350.000,00 de donativos sem qualquer esboço para os aplicar volvidos quase dois anos do incêndio.-----

Para quando o uso desse dinheiro e como? Já aqui aprovamos um conjunto de apoios para a reconstrução das segundas habitações e sabemos que esse dinheiro não se destina a tal fim. Há mais de dois anos e meio que parece que esse dinheiro está a mais e que o executivo não sabe o que lhe há-de fazer!!!. De todas as instituições que receberam verbas em dinheiro a única entidade que nada fez

foi, de facto, a CMPG! Nem me vejam dizer que é para fazer com pés e cabeça, com rigor, porque volvidos 2 anos nem projectos existem!-----

Lamento mas tenho que concluir que a CMPG não sabe o que fazer ao dinheiro! Pergunto quais as razões que levaram à não aplicação desse dinheiro em nenhuma medida concreta de apoio aos afectados pelos incêndios até há data de hoje? Continua esse dinheiro na disponibilidade da autarquia? Pergunto o que é que o executivo pretende, se é que pretende, fazer com essa verba? Vai trazer à AM a decisão de como aplicar esse dinheiro?-----

SERVIÇOS VETERINÁRIOS – Tive conhecimento da aquisição de serviços de veterinária pela CMPG, em regime de meio tempo (24 horas semanais), à razão de € 1440,00 acrescidos de IVA, por um período de 3 anos, no seguimento de um protocolo com a DG de Alimentação e Veterinária, para um custo estimado de mais de €51 mil euros acrescidos de IVA.-----

Atendendo ao valor em causa. Procurei as actas do executivo e não vi nas deliberações deste qualquer alusão a tal protocolo nem qualquer alusão ao procedimento concursal respectivo. Ora pergunto que protocolo é esse? Quais as incumbências assumidas pelo município? Que serviços foram contratados e para quê?-----

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS - Na AM de Junho de 2018 na Graça, a bancada do PSD quanto ao PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS disse e perguntou por escrito, com entrega ao Sr. Presidente da Mesa da AM, o seguinte:-----

“É sabido que em 2014 foi adjudicado à AEROFLOTA, por ajuste directo por valor superior a 16.000 o trabalho de actualizar o PMDFCI. Certo é que o mesmo foi posteriormente chumbado pelo Instituto da Conservação da Natureza e Floresta. De facto como a revisão do PDM não foi feita em sintonia com o PMDFCI ou a actualização deste não foi feita em sintonia com a aquele, nunca se procedeu à actualização e publicação do PMDFCI com todas as suas consequências.-----

Da listagem publicada em Fevereiro de 2018, pelo Instituto da Conservação da Natureza e Floresta por concelhos, consta-se que Pedrógão Grande não tem qualquer PMDFCI aprovado e publicado, mas sim o supra identificado indeferido em 2015. Castanheira de Pera tem um de 1ª Geração de 2009; Figueiró dos Vinhos de 2ª Geração de 2016, Alvaiázere de 3ª Geração, 2017; Ansião de 2ª Geração de 2015. Da zona do pinhal interior norte do distrito de Leiria Pedrógão Grande é o único que não tem qualquer PMDFCI nem de 1ª, 2ª ou 3ª Geração. E não falamos da Sertã com de 2ª geração de 2015, Vila de Rei um de 3ª geração de 2018.-----

A lei que estipula a obrigatoriedade da gestão das faixas de combustível, que estabelece os ónus e obrigações para os proprietários e bem assim as sanções para os incumpridores, remete para os PMDFCI sem os quais o intento e objectivo da lei ficam prejudicados. Temendo esta bancada que a ausência de um PMDFCI prejudique e sirva de desculpa, tal como no passado, para não se limpar e desculpa para não se aplicarem sanções.-----

O passado não deixa de ser passado e as informações até aqui prestadas têm sido contraditórias e genéricas, porém o que interessa é o presente e o futuro. Deste modo solicitam os elementos eleitos que compõe a bancada do PSD, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal ou a quem tal matéria foi delegada, se o foi para outro elemento do executivo, as seguintes informações:-----

- a) Há data de hoje (13 de Julho de 2018) alguém já foi incumbido de actualizar ou de preparar novo PMDFCI – os Chamados planos de terceira geração?-----
- b) É a própria autarquia quem o esta a elaborar e com recurso aos seus meios humanos ao dispor?-----
- c) Qual a reunião de executivo onde tal matéria foi abordada?-----
- d) Se não é a quem é que tais trabalhos foram adjudicados? Qual o concurso, procedimento ou ajuste directo de que se lançou mão para tanto? E quando?-----
- e) Qual a reunião de executivo onde tal matéria foi abordada?-----
- f) Em que fase está o dossier do PMDFCI?-----
- g) Remetendo a Lei n.º 76/2017 de 17 de Agosto para os PMDFCI, (actuais ou não) e não tendo Pedrógão Grande qualquer PMDFCI é possível dar execução do constante no edital n.º 18/2018?-----

Sr. Presidente da Mesa agradecemos que a informação seja prestada porque em função delas equacionaremos a inclusão deste assunto na ordem de trabalhos da próxima Assembleia Municipal.”---
Sobre tal pedido de informações até hoje, decorrido breve um ano, nunca o executivo respondeu, tendo a Mesa da Assembleia permitido a violação da Lei e do Regimento, porquanto sabe que o Presidente da Câmara é obrigado a responder a tudo quanto por intermédio da mesa lhe seja entregue na AM seguinte. Coisa que nunca sucedeu. Mas é claro que à mesa não lhe interessa pelos vistos e cumprimento da Lei e do regimento, pois a tudo quanto lhe é entregue e bem sabendo que nada é respondido basta-se com o silêncio permitindo a que nada se responda.-----

Curioso é que recentemente já em 2019 pelos vistos, uma vez mais, o novo plano de defesa da floresta

contra incêndios de Pedrogão Grande foi chumbado pelo Instituto de Conservação da Natureza porque ignorou, entre outras falhas, os fogos de 2017. É caso para dizer que nada este executivo aprendeu com o passado.-----

Morrem 60 e tal pessoas, levanta-se o problema se PG tem ou não PMDFCI, e quando o executivo submete um novo PMDFCI o mesmo é chumbado porque nem sequer atendeu ao à tragédia, aos erros, que levaram a morte de mais de 60 pessoas, o que dita o chumbo do plano. Ora a ser assim só mesmo em Pedrogão Grande...pelos vistos o concelho dos tristes ... onde ninguém aprende nada. É demasiado ridículo para ser verdade! Por isso tenho que perguntar:-----

É verdade o que foi trazido a lume e que o plano foi chumbado outra vez em 2019? A CMPG recorreu ou reclamou dessa decisão? Agradeço que me remetam cópia do parecer e decisão do INCF e da respectiva reclamação, não tendo existido reclamação cópia da decisão.-----

Quem fez o plano e quanto se pagou a quem fez o plano? Pergunto se o PMDFCI esta assim desactualizado ou não? Mais solicito que a minha intervenção faça parte integrante da acta pelo que a junto em papel e remeterei em suporte digital ao Sr. Secretário.“-----

O Deputado Luís David cumprimentou os presentes. Iniciou a sua intervenção parabenizando o executivo pelas comemorações do 25 de abril e pela continuação do apoio à Semana Santa e às Juntas de Freguesia da Graça e de Vila Facaia pelo “Carnaval de Vila Facaia”. Referiu-se à Estrada Municipal 350 da Ribeira de Pera e na falta de proteções laterais. Prosseguiu mencionando o simulacro efetuado pelos Bombeiros em conjunto com as corporações de Figueiró dos Vinhos e de Cernanche do Bonjardim e que diz teve grande visibilidade a nível nacional. Falou da deficiência nas comunicações durante o referido evento pelo que apelou ao executivo que procure a melhor forma de resolver este assunto tão essencial e premente, agradeceu também o apoio do município a nível da visibilidade do referido evento e falou na questão levantada sobre a falta de condições de segurança quer para os peões quer para os automobilistas na estrada que leva ao Campo de S. Mateus.-----

A Deputada Nélia Alves iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal, o Executivo, os colegas de bancada do PS e do PSD e o público em geral. Referiu que muitas das questões que trazia já tinham sido abordadas, pelo que parabenizou o executivo pela programação das comemorações do 25 de abril e sobretudo pela sessão solene que disse ter sido muito ilustre inclusive pela presença do Dr. Carlos Beato. Continuou referindo-se às questões que tem colocado na assembleia municipal e às quais ainda não obteve resposta. Não estando sempre em

Pedrógão Grande referiu que muitas das vezes tem conhecimento dos assuntos pelas redes sociais, pelo que questionou o lançamento do novo site e às atas não atualizadas, assim como à reposição de sinalética em alguns locais..-----

Proseguiu referindo-se à agenda turística como potencial empresarial, florestal e turístico, sobretudo pela interioridade do território. Quanto à zona industrial e ao Plano Nacional de Defesa da Floresta pretende saber qual o ponto da situação.-----

O Deputado Ricardo Pereira cumprimentou os presentes e realçou as atividades de cariz cultural e desportivo em torno do 25 de abril considerando-as relevantes, algumas das quais teve o gosto de participar referindo algumas sobreposições solicitando melhor articulação. -----

Fala na valência recente dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande nomeadamente, na “Equipa de Resgate e Grande Ângulo”, com novas infraestruturas, criadas sobretudo pelos próprios Bombeiros da corporação. Quanto à questão do SIRESP e como defensor desta luta, fez um resumo de várias diligências realizadas , das falhas existentes e da falta de vontade em resolver esta situação, pelo que entende ser construir uma posição de força para garantir a efetiva cobertura de rede de comunicação pois infelizmente existem ainda muitos locais no concelho sem cobertura. Mais referiu ter solicitado à mesa um pedido de esclarecimento à mesa sobre esta matéria, há muito tempo e ainda não obteve resposta. -----

Proseguiu falando sobre a bocas-de-incêndio que segundo lhe constou não estariam a funcionar no centro de Vila de Pedrógão Grande, por falta de pressão, o que lhe parece arrepiante, pelo que solicita informação.-----

O Presidente da Câmara Municipal cumprimentou os presentes e iniciou a sua intervenção dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia fazendo referência aos seus comentários iniciais sobre a questão dos barracões ardidos dizendo que economicamente não é fácil à Câmara Municipal resolver todos os assuntos relativos à questão dos incêndios. Proseguiu referindo que a questão dos €350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros) referente aos donativos , será resolvida na próxima reunião de câmara. No que respeita ao assunto das máquinas vai indagar sobre o que se passa e em que ponto estão os pedidos. No que respeita aos autocarros diz que foi solicitado à CCDR-C um parecer sobre esta situação porque uma vez que as Juntas de Freguesia têm um orçamento próprio, as Câmaras Municipais não deveriam ceder/emprestar esses equipamentos. Quanto aos Parques Infantis nas três Freguesias refere que compete à ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica) a

fiscalização dos mesmos embora os funcionários da Câmara Municipal estejam atentos a quaisquer situações. Quanto à Travessa do Casal D'Além e à rua central em Vila Facaia sugere que se faça o pedido para ser entregue nas obras públicas. Pede que lhe sejam remetidos os assuntos que até à data disse, ainda não terem sido respondidos de modo a resolver o assunto. Referindo-se ao simulacro diz que foi de fato um momento muito importante de modo a apurar problemas nomeadamente no SIRESP. Da última reunião que teve com a ALTICE ainda não obteve qualquer resposta aos assuntos enunciados. Referindo-se ao site diz que o projeto está em bom rumo e que se trata de uma atualização do modelo atual. Dirigindo-se ao Presidente da Junta da Graça diz que sobre o Programa 2030 o mesmo está agora a nascer e que de qualquer forma agradece o alerta. Quanto ao assunto do muro irá brevemente ter resposta. Sobre a Capela da Adegas diz que a mesma esteve em projeto da instituição Gulbenkian para reconstrução, mas após classificação pelo IHRU deste edifício como casa de habitação, a instituição ficou impossibilitada de avançar. A ideia do executivo é ajudar no que for possível, no entanto, há que apurar junto da Diocese de Coimbra e até da Paróquia de Pedrógão Grande a real situação deste prédio. No que respeita aos semáforos e ao pavimento, assim como a rotunda no Outão, tomou nota e vai indagar sobre o que se passa. No que respeita às ruturas de água e à falta de resposta por parte do Piquete de Águas diz que vai apurar o que aconteceu e garantir que o número que está na fatura ficará operacional.-----

Dirigindo-se à Deputada Municipal Magda David agradeceu os elogios dirigidos à organização da Semana Santa e às comemorações do 25 de abril. No que diz respeito à situação enunciada sobre a ponte das Várzeas vai mandar averiguar. No que respeita ao assunto sobre os idosos passou a palavra à Vice-presidente.-----

A Vice-presidente iniciou a sua intervenção dizendo que no âmbito da terceira idade o C.L.D.S. (Contrato Local de Desenvolvimento Social) vai ter continuidade durante mais três anos e este assunto está incluído no grande plano de ação dos quatro eixos (4ª Geração). Em articulação está o acompanhamento da população entre a Técnica da Segurança Social da Câmara Municipal e o CLDS. Respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia da Graça diz que as atividades relacionadas com o 25 de abril, não foram, naturalmente, sobrepostas, mas que pode ter havido alguma lacuna na comunicação, embora as diversas entidades e associações tenham sido convocadas para uma reunião de modo a evitar as situações mencionadas.-----

O Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra dirigindo-se ao Deputado Municipal Rui Capitão irá averiguar a data da última inspeção aos Parques Infantis. Relativamente ao percurso que leva ao Campo de S. Mateus diz que está a ser equacionado um projeto para melhoria e segurança do mesmo.. Quanto à EN2, mais concretamente, junto à serração diz que existe um contencioso com os proprietários e, portanto, aguarda-se um desfecho. Relativamente ao Centro de Saúde crê que no mês de maio será feita a transferência dos serviços. No que respeita à questão da taxa do IRS diz que foi detetado o erro e que foi comunicado à ATA (Autoridade Tributária Aduaneira) de modo a que se procedesse à resolução do mesmo.-----

Prosseguiu dizendo que quanto aos donativos esse assunto será encaminhado para tomada de decisão na próxima reunião de câmara e que o dinheiro está, na posse do Município. Quanto ao Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios já esta nas mãos do INCN e que, ao contrário do que se noticiou não foi chumbado foram sim, pedidas retificações ao mesmo. Prosseguiu dizendo que o Plano é sempre o mesmo, a data de aprovação é que pode ser outra, o que consta diz, data de 29 de abril de 2019 e que apesar do que foi referido, por conta da Lei nenhum valor foi retido no duodécimo ao Município. Prosseguiu a sua intervenção agradecendo ao Deputado Luis David e à Deputada Magda David pelos seus parabéns aos eventos realizados. Agradece à Deputada Nélia Alves pela participação nos eventos e diz que quanto ao site e à atualização da informação está a ser feito assim como a preparação e lançamento de uma agenda cultural/turística bimensal. Quanto à sinalética no concelho diz que o projeto já está concluído. No que respeita à ALE atualmente e após a terraplanagem está a ser preparada a implementação das infraestruturas necessárias. Respondendo ao Deputado Ricardo Pereira, relativamente às bocas de incêndio vai mandar verificar, mas crê que segundo as informações que teve diz que o problema está relacionado com a falta de pressão da água, no entanto não sabe se os bombeiros estão informados dessa situação. -----

O Presidente da Assembleia Municipal interveio referindo que o tempo de discussão do período “Antes da Ordem do Dia” são 60 minutos e que este já está demasiado longo e para o bom andamento da ordem de trabalhos é necessário ser-se mais breves nas intervenções. E assim nada mais havendo a tratar deu por encerrado este ponto. -----

Ponto dois - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade Municipal.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu início à discussão do ponto em aberto e questionou a assembleia sobre se alguém pretendia usar da palavra sobre este ponto pelo que se tomou nota das inscrições e por ordem, tomaram a palavra:-----

A Deputada Nélia Alves tomou a palavra e interveio questionando o Presidente da Câmara Municipal sobre as obras de intervenção em Fase de Projeto e em Fase de Adjudicação nomeadamente no que se refere à ALE e sobre as obras em execução concretamente no que diz respeito ao ponto da recuperação e remarcação dos Percursos Pedestres e dos Percursos do Centro BTT. Relativamente às Participações em Entidades Societárias e Não Societárias questiona a razão da Matreze ainda constar desta lista uma vez que está insolvente-----

A Vice-presidente, a pedido do Presidente da Câmara Municipal, respondeu dizendo que quanto aos percursos estão em fase de conclusão e para finais de maio. Quanto à questão do Matreze, o Presidente da Assembleia Municipal interveio dizendo que consta porque a empresa está insolvente, mas ainda não foi liquidada, o ativo total é zero e, portanto, ainda tem que constar nos documentos do município.-----

Ponto três - Propostas da Autarquia.-----

Ponto três, ponto um - Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Relativas ao Ano Financeiro de 2018 (Decreto-Lei Nº54/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Lei Nº162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei Nº315/2000, de 2 de outubro e pelo Decreto-Lei Nº84-A/2002, de 5 de abril, que aprovou o POCAL e a Lei Nº73/2013, de 03 de setembro).-----

O Presidente da Assembleia Municipal após apresentação do ponto em discussão deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

O Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção fazendo uma breve apresentação do documento de Prestação de Contas que passou a ler e que abaixo, se transcreve: “O ano 2018 foi um ano extremamente conturbado pelas razões sobejamente conhecidas de todos. Ainda assim foi possível concluir os projetos em curso de 2017, designadamente a Requalificação das Piscinas Municipais e a Requalificação do Centro de Saúde. Encontravam-se em curso ou em fase de contratação dos procedimentos de regeneração de infraestruturas e espaços naturais afetados pelos incêndios de 2017.”-----

Relativamente à conta de gerência propriamente dita à a salientar na ótica orçamental uma execução global da receita de 8,4 milhões de euros e da despesa de aproximadamente 7 milhões de euros, correspondendo respetivamente a graus de execução de 95% e 77%.-----

Ao nível do Equilíbrio Orçamental e Endividamento verifica-se que o Município de Pedrogão Grande cumpriu com as disposições legais previstas na legislação aplicável.-----

No que respeita à dívida total da autarquia constata-se que não houve grandes oscilações comparativamente com o ano anterior, fixando-se em aproximadamente 2,3 milhões de euros.-----

Ao nível da demonstração de resultados verifica-se a existência de um aumento de aproximadamente 500 mil euros de custos e perdas, resultante essencialmente do Custos das Mercadorias Vendidas e dos Fornecimentos e Serviços Externos, do aumento dos custos com o pessoal e das transferências correntes concedidas.-----

Nos proveitos regista-se uma redução de aproximadamente 800 mil euros, relativos à diminuição das transferências e subsídios obtidos e dos proveitos extraordinários.-----

Quanto ao resultado líquido do exercício apresenta um valor negativo de 1,1 milhões de euros, fortemente influenciado pelas amortizações do exercício, cujo valor total ascende a 2,4 milhões de euros.” Terminada a sua intervenção referiu, perante a assembleia que a presença do Dr. Pedro Patrício se devia precisamente para apoio quaisquer esclarecimentos de caráter mais técnico acerca do assunto em debate que sejam solicitados.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu início à discussão do ponto em aberto e questionou a assembleia sobre se alguém pretendia usar da palavra sobre este ponto e tomou-se nota das inscrições e por ordem, tomaram a palavra:-----

O Deputado Rui Capitão iniciou a sua intervenção referindo-se ao envio dos documentos em suporte digital dizendo que um documento como o da Prestação de Contas por ser tão extenso torna-se muito difícil de ler digitalmente pelo que, no futuro, pretende receber a documentação referente a este assunto, em suporte de papel e que não pretende ser notificado por e-mail. -----

Estranhou o grau de execução apresentado e referiu que, quanto às contas não duvida dos números apresentados pois crê na seriedade das pessoas, no entanto no seu trabalho de fiscalização as respostas aos seus requerimentos, até à data ainda não as obteve pelo que não pode apreciar as contas apresentadas, considerando ainda grave a apreciação do parecer dos auditores externos e para

terminar referiu-se a algumas questões do inventário e á contratação de serviços externos de veterinária questionando a existência de protocolo.-----

Após alguma discussão sobre esta parecer o Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o Protocolo foi criado pela Direção Geral de Veterinária e que vem do anterior mandato e foi criado para que o Matadouro continuasse a funcionar e assim, foi conseguido um técnico para manutenção do espaço do matadouro e dos seus trabalhadores. Quanto ao Parecer dos auditores de modo a que todos fiquem melhor esclarecidos solicitou a intervenção do Dr. Pedro Patrício que, enquanto consultor interveio cumprimentando os presentes e passou à apresentação do documento em discussão referindo-se à questão das reservas e que as mesmas têm a ver com o fato de, neste caso do inventário, não terem sido encontrados registos até 2014 e sendo um trabalho moroso e delicado não se conseguem garantir prazos. Relativamente à reserva no que respeita ao Protocolo celebrado com a Pinhais do Zêzere diz que o Município assim que tomou conta da situação comunicou ao Tribunal de Contas este incumprimento. Aguardam-se os resultados e daí a reserva a este documento.-

A Deputada Nélia Alves interveio afirmando que os esclarecimentos prestados pelo Dr. Pedro Patrício foram essenciais, solicitando esclarecimentos sobre a certificação legal de contas que menciona o processo de auditoria forense relativo ao período de 2013 a 2017 e se o mesmo tem a ver com o processo disciplinar movido a três funcionários. Referiu ainda que os montantes e o impacto dos mesmos é desconhecido e questionou para quando o encerramento destes processos. Quanto ao documento em si diz que além da falta de tempo que teve para a sua análise, a sua formação jurídica não lhe permite analisar um documento desta dimensão financeira , pelo que, não se irá pronunciar sobre o mesmo.-----

O Deputado Ricardo Pereira agradeceu os esclarecimentos prestados sobre o documento em discussão. No entanto, diz que há uma questão que lhe surgiu e que se refere às amortizações e no montante do evento das “7 Maravilhas” pois na altura o Presidente da Câmara informou que isso se iria refletir nas contas deste ano e, como tal, gostaria de ver uma evidencia dos 90% deste investimento. Referiu-se de seguida a rúbricas como peças e materiais, serviços e outros trabalhos com subidas relevantes -----

O Deputado Rui Capitão pediu esclarecimentos sobre a situação da auditoria do Tribunal de Contas sobre o Protocolo da Pinhais do Zêzere e no aumento da despesa corrente de 2015 a 2018.-----

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu sobre a auditoria forense e diz que o processo disciplinar está suspenso por recurso dos arguidos e que o processo criminal se encontra no Ministério Público, em Coimbra. Quanto às dúvidas do Deputado Ricardo Pereira e do Deputado Rui Capitão o Presidente da Câmara Municipal remeteu para o Dr. Pedro Patrício os esclarecimentos que referiu que quanto ao Relatório da Auditoria Forense houve um atraso no processo por motivos de ordem externa, quanto às alíneas das peças estão estas associadas aos trabalhos realizados na ALE por parte do Exército. A título de esclarecimento, e sobre o impacto das contas nas amortizações houve recurso intensivo a financiamentos e não foram identificados, portanto acredita que as amortizações estarão a penalizar a conta, assim como esses financiamentos não estão a ser um complemento, por parte dos proveitos.-----

O Deputado Rui Capitão parabenizou todos os intervenientes na feitura do documento enaltecendo o trabalho realizado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal refere que o documento em discussão é de fato muito completo e detalhado e considera que além do relatório do ROC e das reservas apresentadas o documento o tranquiliza, submetendo-o assim á votação da assembleia municipal.-----

Posto a votação o documento constante do ponto três ponto um, foi deliberado por maioria, com quatro votos contra e quatro abstenções, aprovar este documento.-----

O Deputado Ricardo Pereira apresentou uma declaração de voto à Mesa e pediu que esta fique transcrita em ata:-----

Declaração de Voto: “ O meu voto contra vai no sentido de não ter acesso à documentação solicitada, nomeadamente na Aquisição de Serviços e Aquisição de Bens e à Reflexão da candidatura ao Turismo de Portugal sobre o evento das 7 maravilhas de Portugal, pelo motivo do tempo necessário para solicitar e aceder a essa documentação ser pouco.-----

Pedrógão Grande, 30 de abril de 2019.”-----

Ponto três, ponto dois - **Proposta de Aplicação de Resultado Líquido do Exercício de 2018.**-----

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecer a assembleia sobre o ponto em discussão. O Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Dr. Pedro Patrício que iniciou a sua intervenção mencionando que no exercício económico de 2018, se verificou a existência de um Resultado Líquido negativo de 1.106.895€ e que a presente proposta de

aplicação de resultados decorre das disposições legais, nomeadamente, do estipulado no ponto 2.7.3 do POCAL, isto é, o Resultado Líquido deve ser transferido para a conta 59-Resultados Transitados.-----

Não havendo mais questões a colocar o Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com seis abstenções.-----

O Deputado Rui Capitão justificou o seu voto de abstenção, dizendo que uma vez que não aprovou o documento anterior, também não poderá aprovar este.-----

Ponto três, ponto três - **Apreciação e votação da Revisão Orçamental Nº01/2019.**-----

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecer a assembleia sobre o ponto em discussão.-----

O Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Dr. Pedro Patrício para fazer a apresentação da presente proposta, tendo o mesmo iniciado a sua intervenção esclarecendo que a presente proposta de Revisão Orçamental tem como objetivo incluir no orçamento GOP'S para 2019 o saldo de gerência do ano anterior no valor de €1.557.299,66 (um milhão, quinhentos e cinquenta e sete mil, duzentos e noventa e nove euros e sessenta e seis cêntimos) saldo este decomposto entre saldo orçamental, na posse do serviço, na importância de €711.507,77(setecentos e onze mil, quinhentos e sete euros e setenta e sete cêntimos) e saldo orçamental na posse do serviço consignado no montante de €845.791,89 (oitocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e noventa e um euros e oitenta e nove cêntimo).-----

O Presidente da Assembleia Municipal, não havendo mais questões a colocar pôs o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com uma abstenção.-----

Ponto três, ponto quatro - **Apreciação e votação da Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal.**-----

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecer a assembleia sobre o ponto em discussão. O Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à Vice-presidente.-----

A **Vice-presidente** interveio esclarecendo que o Mapa de Pessoal apresenta pequenos ajustes decorrentes das necessidades absolutas da autarquia e de lacunas existentes. Nomeadamente a criação de um lugar para Chefe de Divisão que não existia e criação de lugares vitais para o bom funcionamento da camara , a consolidação de carreiras e as mobilidades. -----

O Presidente da Assembleia Municipal após consulta junto dos Deputados Municipais tomou nota das inscrições e por ordem tomaram a palavra:-----

O Deputado Municipal Rui Capitão questionou a Vice-presidente pois não compreende a alteração.

A Deputada Paula Carvalho dirigindo-se à Vice-presidente questionou a aparente lacuna/deficiência no que respeita à carreira de motorista pois sente-se a falta de funcionários nesta área.-----

A Deputada Nélia Alves disse ter uma dúvida, relativamente à eventual abertura de concursos e em que áreas.-----

O Deputado Ricardo Pereira interveio dizendo que é difícil de interpretar o documento em questão pois não consegue comparar o antes e o depois. Foi prontamente esclarecido pela Vice-presidente da forma correta de interpretar o Mapa de Pessoal a que o Deputado agradeceu. Prosseguiu colocando uma questão sobre os casos propostos e diz ter a sensação de estar a passar um “cheque em branco”. Diz que olhando para o quadro só verifica um Assistente Técnico de Informática e lamenta, pois, crê que é uma área estratégica e que no futuro serão necessários muito mais recursos humanos nesta área.-----

O Presidente da Assembleia Municipal dirigiu-se à Vice-presidente e solicitou-lhe que esclarecesse a assembleia acerca das dúvidas suscitadas.-----

A Vice-presidente passou então a esclarecer que existem situações que necessitam de solução, tais como reformas ou de mobilidade inter-carreiras, , esclarecendo que os motoristas estão integrados na carreira de Assistentes operacionais e que serão abertos concursos na medida das necessidades essenciais e de acordo com a disponibilidade financeira, tendo a anterior alteração ao mapa de pessoal sido devida à abertura de lugares para o concurso dos precários e esta para completar necessidades em lugares onde aquele pessoal não tinha cabimento por lei.-----

O Deputado Ricardo Pereira interveio esclarecendo que mantém a sua afirmação anterior e continua dizendo que compreende a necessidade das alteração mas, mantém-se a sensação de que não há garantias. Quer que fique em ata que estas alterações não irão prejudicar a sustentabilidade da autarquia.-----

O Presidente da Assembleia Municipal, não havendo mais questões, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com oito abstenções.-----

O Deputado Municipal Rui Capitão justificou a sua abstenção com o fato de entender que o documento não apresenta coerência na sua alteração.-----

Ponto três, ponto cinco - **Adenda aos contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia.**-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu início à discussão do ponto em aberto e questionou a assembleia sobre se alguém pretendia usar da palavra sobre este ponto e tomou-se nota das inscrições e por ordem, tomaram a palavra:-----

A Vice-presidente, por indicação do Sr. Presidente da Câmara, passou a esclarecer a assembleia sobre o ponto em discussão e sobre o valor dos contratos que está no orçamento desde o início e agora que é reforçado com €10.000 (dez mil euros) para as Juntas de Freguesia, para apoio financeiro, através desta adenda.-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Graça Pedro Pereira disse que na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Graça e como eleito pretende dar continuidade aos direitos dos Gracianos, afirmando que a questão do valor dos contratos foi uma luta que embora tardiamente foi conquistada, pois o custo suportado pela junta, nomeadamente no que diz respeito aos combustíveis é cada vez mais pesado, entendendo que este valor deve ser revisto, sobretudo com o acréscimo da transferência de competências para as juntas de freguesias.-----

O Deputado Rui Capitão diz que tem de existir uma descentralização e lamenta de acordo com o que tem presenciado que os Presidentes de Junta de Freguesia, por falta de canais de comunicação venham à Assembleia Municipal falar de assuntos que poderiam ser resolvidos em canais próprios e naturalmente mais adequados. Parabenizou a iniciativa da adenda apresentada na passagem das responsabilidades e da delegação de competências e nomeadamente no reforço da parte financeira que considerou, um apoio proporcional.-----

O Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais questões colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

Ponto três, ponto seis - **Transferência de Competências no âmbito da Educação e da Saúde.**-----

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecer a assembleia sobre o ponto em discussão. O Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à Vice-presidente que passou a esclarecer que:-----

O Decreto-Lei nº23/2019 de 30 de janeiro concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde. A Câmara Municipal em reunião de Câmara de 24 de abril de 2019, votou pela não aceitação desta transferência de competências uma vez que o ónus recai só sobre o trabalho e não sobre a gestão, ou seja, tudo o que tem que ver com a

manutenção do edifício principal, das duas extensões e dos funcionários, ainda que tenham um envelope financeiro apenso, surgiram dúvidas sobre algumas rubricas. Entendeu a Câmara que não trazia mais valias esta transferência de competências, para o município. Em 2021 as transferências serão definitivamente transferidas até lá decidimos pela não aceitação.-----

O Deputado Rui Capitão interveio resumindo a posição do executivo e questionando a posição da ANMP nestas matérias, pois face à não aceitação da maioria das transferências questiona o futuro, quando for obrigatória a sua aceitação em 2021. -----

A Vice-presidente respondeu ao Deputado que foram auscultadas as tomadas de posições junto de outros municípios vizinhos e que as posições são as mesmas e pelas mesmas razões. Crê que em 2021 estarão apuradas as situações mais críticas pelas Comissões de Acompanhamento e estarão possivelmente criadas as condições para essas transferências, a nível municipal.-----

O Presidente da Assembleia Municipal, terminada a apresentação do respetivo diploma agradeceu à Vice-presidente os esclarecimentos prestados e em seguida, não havendo nenhuma inscrição, procedeu-se à votação, tendo sido votado por unanimidade a não aceitação das transferências propostas no Decreto-Lei nº23/2019 de 30 de janeiro.-----

A Vice-presidente passou a esclarecer a assembleia sobre o Decreto-Lei nº21/2019 de 30 de janeiro concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação. A tomada de posição do diploma anterior, foi igual à anterior ou seja, a não aceitação por parte do órgão camara municipal. Este diploma transfere para os municípios o pessoal não docente- assistentes técnicos e assistentes operacionais e toda a componente logística e edifícios. O Município somente paga as despesas, não tendo qualquer palavra na colocação, avaliação do pessoal e currículo local. O eventual envelope financeiro associado não irá cobrir todas as despesas . Assim vai este município continuar a assumir as suas competências , mas propõe não aceitar as agora propostas por não ter condições para exercer o muito que lhe é solicitado e não encontrando nesta altura, qualquer mais valia nessas transferências.-----

O Presidente da Assembleia Municipal, terminada a apresentação do respetivo diploma agradeceu à Vice-presidente os esclarecimentos prestados e em seguida, não havendo mais assuntos e nenhuma inscrição, procedeu-se à votação tendo sido votado por unanimidade a não-aceitação das transferências propostas no Decreto-Lei nº21/2019 de 30 de janeiro.-----

Ponto quatro - Período Destinado à Intervenção do Público.-----

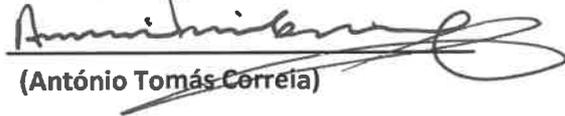
O **Presidente da Assembleia Municipal**, interveio dirigindo-se ao público, perguntando se alguém pretendia inscrever-se para intervir e apurou que não houve lugar a inscrições.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu o modo cooperante como a assembleia decorreu e diz compreender a insatisfação do Presidente da Junta de Freguesia da Graça, mas que há que respeitar a ordem de trabalhos bem como, há que fomentar a eficácia nos canais de comunicação entre o executivo e as juntas de freguesia. Prosseguiu dizendo que a divergência construtiva pode levar ao fomento de projetos em conjunto.-----

A **Vice-presidente** solicitou ao Presidente da Mesa um momento para divulgar um evento uma Tertúlia no dia 2 de maio, subordinada ao tema “Violência Doméstica no Contexto Familiar” pelas vinte duas horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no âmbito do Laço Azul, ao que o mesmo acedeu dizendo que se trata de uma divulgação com o intuito de uma participação ativa da sociedade.-----

Aprovada a ata em minuta, e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada esta reunião de assembleia, pelas vinte e duas horas e cinco minutos que depois de lida será assinada nos termos da lei. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal**


(António Tomás Correia)

O **Primeiro Secretário**


(Fernando Manuel Fernandes Antunes)

Segundo Secretário


(Joaquim Augusto Torres Simões Palheira)

Anexar à acta de 20.4.19



Carnaval de Vila Facaia – Agradecimento à Junta de Freguesia de Vila Facaia pela Iniciativa e à Camara Municipal pelo apoio directo dado. Cada ano está melhor! É certo que o esforço financeiro já é algum, porém é um Carnaval que começa a ter nome na região. Não o podemos comparar a outros, já com dezenas e dezenas de anos, mas para um Carnaval tão recente e tão tradicional estão uma vez mais de parabéns. É preciso também que os demais Pedrogueses e Gracianos dêem o seu apoio quanto mais pela sua presença. Trata-se de um Carnaval que é de todos e do concelho e não apenas de Vila Facaia. Fiquei agradado de este ano ter visto mais pedrogueses, residente no centro, em Vila Facaia.

Parques juvenis e de lazer – Tenho constatado, ou será impressão minha, que estes espaços com excepção do situado à Devesa se encontram abandonados e sem intervenções dignas quanto aos seus equipamentos, nomeadamente o localizado junto ao acesso à Rodoviária. De facto trata-se de um local nada arejado, escondido pela vegetação arbórea que foi crescendo. É necessária pois uma intervenção no referido espaço e bem assim nos equipamentos do parque infantil no fundo da Vila. Em parte semelhante à que foi feita junto no jardim dos aromas junto às Finanças.

Pergunto há quanto tempo e quando foi a ultima vez que tais equipamentos foram fiscalizados e atestadas as suas condições para os fins a que se destinam, nomeadamente quanto à sua segurança?

Estendo a pergunta ao circuito urbano e equipamentos fixos para desporto espalhados pela AV. Comendador Manuel Nunes Correia e Av. Francisco Sá Carneiro. Pergunto ainda quem é que faz a certificação e manutenção de tais equipamentos?

Percurso pedonal até ao Campo de São Mateus - Tendo a Autarquia adquirido há mais ou menos 3 anos a esta parte uma faixa de terreno junto à Escola Tecnológica e junto à Av. 25 de Abril, um suposto percurso pedonal até ao Campo de São Mateus, tendo inclusivamente delimitado a faixa comprada e cujo investimento foi de € 25.000,00, pergunto porque razão não existe até hoje qualquer percurso pedonal? O que se passa? Pois só de tempos a tempo é que as silvas e matos que crescem em tal faixa são cortados mas não vejo qualquer circuito nem condições para se poder circular em tal faixa ou em tal matagal? Se era para estar assim não era preciso comprar tal faixa. O que é que é para se lá se fazer e para quando?

São Mateus - Já várias vezes aqui alertei que a taxa de utilização do São Mateus é elevada. Existem treinos todos os dias quer do Recreio quer do Benfica. As condições de acesso pedonal pela EM516 são más porque não existe passeio e a vegetação está junto, e por vezes por cima, da via de circulação a qual possuiu uma lombada. Os atletas mais velhos que tomam a referida estrada no percurso da EB23 e Tecnológica para o São Mateus são obrigados por vezes a ter que circular na via de circulação e quem ali passa de carro fá-lo por vezes a grandes velocidades.

Já alertei aqui mais do que 3 vezes para o facto. Referi até que iluminação da referida estrada até ao Sº Mateus é deficiente e propôs que se estuda-se a colocação de lombadas junto ao S. Mateus para controlar as velocidades.

Constato que até hoje nada foi feito nem existe sequer, salvo erro, qualquer sinal de perigo para a aproximação de crianças na zona nem limitadores verticais de velocidade em nenhum dos



sentidos. Agradeço que o executivo tenha isto em conta e resolva de uma vez por todas a situação. Qualquer dia tem um acidente nas mãos ou uma morte na consciência. Pois diariamente mais de uma centena de atletas treina no São Mateus e muitos deles tomam tal percurso não existindo respeito ou consciência dos condutores do perigo que causam ao não moderarem a velocidade.

Estrada Nacional N.2 – Tal estrada faz parte da rota na Nacional n.º 2. Ora o muro de suporte de terras do logradouro da antiga serração encontra-se num estado de iminente derrocada sobre a N2. Foi lá colocado uma grade (provavelmente para alertar do perigo eminente) sucede que se tal grave alerta para quem por ali circule a pé, nem era preciso pois é visível o estado do muro, não evita a derrocada eminente nem que não haja qualquer acidente com os veículos que ali circulem. Atendendo à altura do muro e ao espaço existente entre este e a faixa de rodagem as terras e detritos que possam ser arrastados pela derrocada podem não ficar contidos no referido espaço e colher quem por ali circule.

Ora a referida serração e terrenos adjacentes foram vendidos no seguimento de um processo de insolvência. Facto que é público. Portanto, quem os adquiriu já os adquiriu sabendo do estado de eminente derrocada em que o muro se encontrava. Estando hoje lá uma placa de arrenda-se ou vende-se não sei agora precisar.

A situação ora relatada constitui um perigo sério e a CMPG tem que actuar. Pergunto: Se foram feitas até há data ou não algumas diligências junto dos novos proprietários com vista à reposição das condições de segurança do referido muro e se sim quando e quais? Se não foram pergunto se a CMPG não tem consciência do perigo que tal muro apresenta e o que é que se propõe fazer?

Centro de saúde – Pelo que sei a empreitada do Centro de Saúde está concluída, mas se o não está assim aparenta há vários meses. Porque razão é que o mesmo não foi até há data aberto? Porque razão se continuam a gastar mais de € 5.000,00 por mês nas instalações provisórias? O que falta para que os serviços ocupem o centro de saúde?

IRS - Conforme a ATA Nº. 22/2017 DA CÂMARA MUNICIPAL da REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017, quanto à participação do Município no IRS e acta n.º 2 da Assembleia Municipal de 28/12/2017, foi aprovado fixar como percentagem devolutiva o valor de 5% na participação variável de IRS.

Já este ano alertei, na aprovação dessa participação de IRS para os rendimentos de 2018 a entrar nos cofres da autarquia em 2019, que a taxa estava errada porque a taxa que tinha que ser declarada às finanças não era 5% mas sim 0% só dessa medida é que a diferença entre os % e os 5% entravam para os bolsos dos contribuintes pedroguenses.

Já em Dezembro de 2018 alertei que o executivo e/ou os serviços estavam a elaborar em erro. Que o que tem que ser aprovado em sede de órgão executivo e deliberativo não era a percentagem de devolução mas sim a percentagem de participação. Pois o que tem que ser comunicado é a percentagem de participação que se queria que fosse 0%.

Nessa assembleia, foi corrigido um mapa das participações do IRS nos anos de 2016 a 2018, e justificado que se tratava de uma gralha quanto a 2018. Ora não era gralha nenhuma.

Constato que em relação aos rendimentos de 2018 cujo IRS está agora a ser submetido a taxa aplicada pelo município e participada ao Serviço de Finanças não é de 0% mas sim de 5%, ao contrário do que tinha sido aprovado pelo executivo e por esta AM em Dezembro de 2017.

Como consta da consulta pública e disponível no site das finanças relativas às taxa de participação no IRS dos municípios, para 2018 este município declarou no dia 29/12/2017 às 11:03:08 que pretendia uma participação de 5%, ou seja, tudo.

E efectivamente o que este ano em 26/12/2018 foi comunicado às finanças é que a taxa de participação é precisamente 0% o que confere a taxa máxima devolução ao munícipes de 5%.

Por isso pergunto? Tendo sido intenção do município não beneficiar que qualquer taxa na participação do IRS mas tendo contrariamente comunicado uma taxa de participação de 5% o que pretende fazer para resolver o erro?

Falamos aqui de um valor elevado. Pois se para os rendimentos de 2017 a taxa de participação foi de 3% o que levou a uma receita em 2018 de 39.313 € (conforme espelha o relatório de contas) e com taxa de 5% em 2018 os montantes podem facilmente ser superiores a € 60.000,00.

60.000,00 que deliberamos que deviam ser restituídos aos Pedrogueses e que não o vão ser, como aliás, não estão a ser porque decorrem já liquidações e as pessoas não estão a beneficiar absolutamente nada.

Pergunto o que é que se passou? Porque razão o deliberado não foi o executado?

Tem o executivo conhecimento que o que consta do portal da finanças para os rendimentos de 2018 é uma taxa de 5%? Se não tem devia ter porque eu tive e não pertengo ao executivo!

Tendo existido erro como vai o executivo corrigir esse erro?

Repare-se que no mesmo ano Lisboa devolveu 2,5%; Porto não devolveu nada. Castanheira devolveu 2,5% e Figueiró 1%.

Donativos – Não falo que quem tem vindo a público pelos meios de comunicação social. Mas falando do que sei digo o seguinte. Breve há 2 anos que cerca de € 350.000,00 de donativos recebidos pela autarquia para as vítimas dos incêndios se encontram em depósito no banco, portanto parados e provavelmente à ordem, sem que lhes seja conhecido qualquer destino.

Não sei se existe mais ou menos, nem me interessa, o que me disseram há quase dois anos é que existe aquele, os cerca de € 350.000,00 e cabe-me a mim enquanto eleito local zelar que que existe.

Talvez se conheça o destino dos € 350.000,00 daqui a dois anos em vésperas de eleições, mas aí, não irão ajudar ninguém mas apenas o candidato ou a candidata que os resolva, à data, distribuir!!!

Esperava mais! E esperava maior honestidade e respeito no uso desse dinheiro ou pelo menos que o mesmo fosse realmente aplicado nos fins a que se destinava. Não suspeito da existência

mais, mas tenho que dizer ao executivo que a grande vergonha não é comentar-se que pode existir mais mas sim a vergonha de ter parados € 350.000,00 de donativos sem qualquer esboço para os aplicar volvidos quase dois anos do incêndio.

Para quando o uso desse dinheiro e como? Já aqui aprovamos um conjunto de apoios para a reconstrução das segundas habitações e sabemos que esse dinheiro não se destina a tal fim. Há mais de dois anos e meio que parece que esse dinheiro está a mais e que o executivo não sabe o que lhe há-de fazer!!!. De todas as instituições que receberam verbas em dinheiro a única entidade que nada fez foi, de facto, a CMPG! Nem me vejam dizer que é para fazer com pés e cabeça, com rigor, porque volvidos 2 anos nem projectos existem!.

Lamento mas tenho que concluir que a CMPG não sabe o que fazer ao dinheiro!

Pergunto quais as razões que levaram à não aplicação desse dinheiro em nenhuma medida concreta de apoio aos afectados pelos incêndios até há data de hoje? Continua esse dinheiro na disponibilidade da autarquia? Pergunto o que é que o executivo pretende, se é que pretende, fazer com essa verba? Vai trazer à AM a decisão de como aplicar esse dinheiro?

Serviços veterinários – Tive conhecimento da aquisição de serviços de veterinária pela CMPG, em regime de meio tempo (24 horas semanais), à razão de € 1440,00 acrescidos de IVA, por um período de 3 anos, no seguimento de um protocolo com a DG de Alimentação e Veterinária, para um custo estimado de mais de €51 mil euros acrescidos de IVA.

Atendendo ao valor em causa. Procurei as actas do executivo e não vi nas deliberações deste qualquer alusão a tal protocolo nem qualquer alusão ao procedimento concursal respectivo. Ora pergunto que protocolo é esse? Quais as incumbências assumidas pelo município? Que serviços foram contratados e para quê?

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS - Na AM de Junho de 2018 na Graça, a bancada do PSD quanto ao PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS disse e perguntou por escrito, com entrega ao Sr. Presidente da Mesa da AM, o seguinte:

“É sabido que em 2014 foi adjudicado à AEROFLORE, por ajuste directo por valor superior a 16.000 o trabalho de actualizar o PMDFCI. Certo é que o mesmo foi posteriormente chumbado pelo Instituto da Conservação da Natureza e Floresta. De facto como a revisão do PDM não foi feita em sintonia com o PMDFCI ou a actualização deste não foi feita em sintonia com a aquele, nunca se procedeu à actualização e publicação do PMDFCI com todas as suas consequências.

Da listagem publicada em Fevereiro de 2018, pelo Instituto da Conservação da Natureza e Floresta por concelhos, consta-se que Pedrógão Grande não tem qualquer PMDFCI aprovado e publicado, mas sim o supra identificado indeferido em 2015. Castanheira de Pera tem um de 1ª Geração de 2009; Figueiró dos Vinhos de 2ª Geração de 2016, Alvaiázere de 3ª Geração, 2017; Ansião de 2ª Geração de 2015. Da zona

do pinhal interior norte do distrito de Leiria Pedrógão Grande é o único que não tem qualquer PMDFCI nem de 1ª, 2ª ou 3ª Geração. E não falamos da Sertã com de 2ª geração de 2015, Vila de Rei um de 3ª geração de 2018.

A lei que estipula a obrigatoriedade da gestão das faixas de combustível, que estabelece os ónus e obrigações para os proprietários e bem assim as sanções para os incumpridores, remete para os PMDFCI sem os quais o intento e objectivo da lei fica prejudicado. Temendo esta bancada que a ausência de um PMDFCI prejudique e sirva de desculpa, tal como no passado, para não se limpar e desculpa para não se aplicarem sanções.

O passado não deixa de ser passado e as informações até aqui prestadas tem sido contraditórias e genéricas, porém o que interessa é o presente e o futuro. Deste modo solicitam os elementos eleitos que compõe a bancada do PSD, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal ou a quem tal matéria foi delegada, se o foi para outro elemento do executivo, as seguintes informações:

- a) Há data de hoje (13 de Julho de 2018) alguém já foi incumbido de actualizar ou de preparar novo PMDFCI – os Chamados planos de terceira geração?
- b) É a própria autarquia quem o esta a elaborar e com recurso aos seus meios humanos ao dispor?
- c) Qual a reunião de executivo onde tal matéria foi abordada?
- d) Se não é a quem é que tais trabalhos foram adjudicados? Qual o concurso, procedimento ou ajuste directo de que se lançou mão para tanto? E quando?
- e) Qual a reunião de executivo onde tal matéria foi abordada?
- f) Em que fase está o dossier do PMDFCI?
- g) Remetendo a Lei n.º 76/2017 de 17 de Agosto para os PMDFCI, (actuais ou não) e não tendo Pedrógão Grande qualquer PMDFCI é possível dar execução do constante no edital n.º 18/2018?

Sr. Presidente da Mesa agradecemos que a informação seja prestada porque em função delas equacionaremos a inclusão deste assunto na ordem de trabalhos da próxima Assembleia Municipal."

Sobre tal pedido de informações até hoje, decorrido breve um ano, nunca o executivo respondeu, tendo a Mesa da Assembleia permitido a violação da Lei e do Regimento, porquanto sabe que o Presidente da Câmara é obrigado a responder a tudo quanto por intermédio da mesa lhe seja entregue na AM seguinte. Coisa que nunca sucedeu. Mas é claro que à mesa não lhe interessa pelos vistos e cumprimento da Lei e do regimento, pois a tudo quanto lhe é entregue e bem sabendo que nada é respondido basta-se com o silêncio permitindo a que nada se responda.

Curioso é que recentemente já em 2019 pelos vistos, uma vez mais, o novo plano de defesa da floresta contra incêndios de Pedrógão Grande foi chumbado pelo Instituto de Conservação da Natureza porque ignorou, entre outras falhas, os fogos de 2017. É caso para dizer que nada este executivo aprendeu com o passado.

Morrem 60 e tal pessoas, levanta-se o problema se PG tem ou não PMDFCI, e quando o executivo submete um novo PMDFCI o mesmo é chumbado porque nem sequer atendeu ao à tragédia, aos erros, que levaram a morte de mais de 60 pessoas, o que dita o chumbo do plano.

Ora a ser assim só mesmo em Pedrógão Grande....pelos vistos o concelho dos tristes ... onde ninguém aprende nada. É demasiado ridículo para ser verdade!

Por isso tenho que perguntar:

É verdade o que foi trazido a lume e que o plano foi chumbado outra vez em 2019? A CMPG recorreu ou reclamou dessa decisão? Agradeço que me remetam cópia do parecer e decisão do INCF e da respectiva reclamação, não tendo existido reclamação cópia da decisão.

Quem fez o plano e quanto se pagou a quem fez o plano?

Pergunto se o PMDFCI esta assim desactualizado ou não?

Mais solicito que a minha intervenção faça parte integrante da acta pelo que a junto em papel e remeterei em suporte digital ao Sr. Secretário.

Declaração de voto

 30.4.19

O Meu voto contra vai no sentido de não ter acesso à documentação solicitada, nomeadamente na aquisição de serviços e aquisições de bens, e a reflexão de candidatura ao Turismo de Portugal sobre o exemplo das 7 Municípios de Portugal, pelo motivo do tempo necessário para solicitar e aceder a essa documentação ser pouco pedagógico grande, 30 de Abril de 2019

O Deputado



Ricardo Pereira

Junta com anexo
à nota de 30.4.19

Mapa do interior encolhe no Portugal 2030

JOANA NUNES MATEUS

O próximo quadro comunitário vai encolher o chamado mapa dos "territórios de baixa densidade", que define os concelhos e freguesias alvo de discriminação positiva quanto a fundos europeus, benefícios fiscais e demais políticas de incentivo ao investimento empresarial no interior.



João Catarino no seu gabinete em Castelo Branco. FOTO NUNO BOTELHO

O anúncio foi feito ao Expresso por João Catarino, o secretário de Estado da Valorização do Interior, que já está a trabalhar na atualização do mapa com o apoio técnico da Universidade de Aveiro. O objetivo é lançar políticas mais agressivas de apoio aos territórios mais fragilizados no Portugal 2030.

O Portugal 2020 já premeia os empresários que investem nos "territórios de baixa densidade", seja através da abertura de concursos específicos, de critérios de bonificação na apreciação das candidaturas ou da majoração da taxa de apoio comunitário. Por outras palavras, os empresários já recebem mais incentivos se instalarem as suas fábricas, hotéis e demais empresas em qualquer dos concelhos coloridos no mapa da página ao lado.

DISCURSO DIRETO

"Para aumentar os apoios às regiões mais frágeis, eventualmente até em termos fiscais, teremos de reduzir o mapa substancialmente"

João Catarino
Secretário de Estado da Valorização do Interior

O problema é que o mapa lançado em 2015 — e que inclui hoje 165 municípios mais 73 freguesias propostos pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses — é difícil qualquer política de apoio mais ousada, já que se estende do Norte interior até ao Sul litoral, cobrindo mais de dois terços do território nacional.

de facto, uma das zonas do país que mais milhões tem atraído no Portugal 2020, a começar pelos avultados investimentos estrangeiros dos brasileiros da Embraer ou dos franceses da Mecachrome.

No balanço feito pela Secretaria de Estado da Valorização do Interior aos incentivos do Portugal 2020, as candidaturas dos empresários também já furaram a fasquia dos €100 milhões de investimento em Bragança,

Vouzela, Vila Velha de Ródão, Mangualde, Vila Verde ou Alcácer do Sal. "A atualização do mapa não será feita em função dos fundos do Portugal 2020, mas este é claramente um sintoma do seu dinamismo", diz João Catarino.

Concentrar onde é preciso

O governante explica que só encolhido o mapa é que se pode, realmente, fazer a diferença. Apoiando um menor número de territórios, é possível uma política mais agressiva de incentivos comunitários e fiscais aos empresários que lá investem. "Nós precisamos de empregos para atrair pessoas para o interior. E quem cria empregos são as empresas. Se o Estado prefere que um determinado investimento gerador de emprego se localize, por exemplo, em Penamacor em vez da Azambuja, então tem de dar mais incentivos".

Para o secretário de Estado da Valorização do Interior, há territórios que já não precisam de estar no mapa e há territórios que até precisam de políticas mais agressivas, como "majorar significativamente" os fundos

comunitários e, eventualmente, mais benefícios fiscais.

É nesse contexto que o Governo português tem estado a trabalhar com a União Europeia (UE) no sentido de ganhar mais liberdade em matéria de auxílios de Estado às empresas do interior. "Há uma regra 'de minimis' que impõe o montante máximo que o Estado pode dar a uma empresa, seja em fundos comunitários ou outro tipo de apoio. Mesmo que o Estado hoje quisesse ter uma política fiscal mais agressiva para o interior, não o podia fazer sem autorização da UE".

A estratégia passa por provar a Bruxelas que o interior português não é só bastante despovoado, como também muito envelhecido: "É completamente diferente ter 12 habitantes por quilómetro quadrado quando a maioria tem mais de 65 anos ou menos de 18 anos. Nós queremos associar o critério da densidade populacional ao do índice de envelhecimento para podermos tomar medidas agora, enquanto ainda temos cá algúem...", explica João Catarino.

O défice também conta: "Para aumentar os apoios às regiões mais frágeis, eventualmente até em termos fiscais, teremos de reduzir o mapa substancialmente. O mapa já não pode ser este, mesmo que o país pudesse ter uma política fiscal diferente sem ter de pedir autorização à UE. Dava uma redução de receita brutal porque tem Évora, tem Castelo Branco, tem Guarda... Tem de ser um mapa mais reduzido".

Estreitar fronteiras

Outro mapa que vai encolher é o dos territórios que poderão beneficiar de fundos transfronteiriços no próximo quadro comunitário. As fronteiras serão estreitadas tanto do lado português como do espanhol. E porquê? Porque hoje, deste lado da fronteira, "praticamente só a grande Lisboa e o grande Porto é que não têm direito a estes fundos", alerta João Catarino.

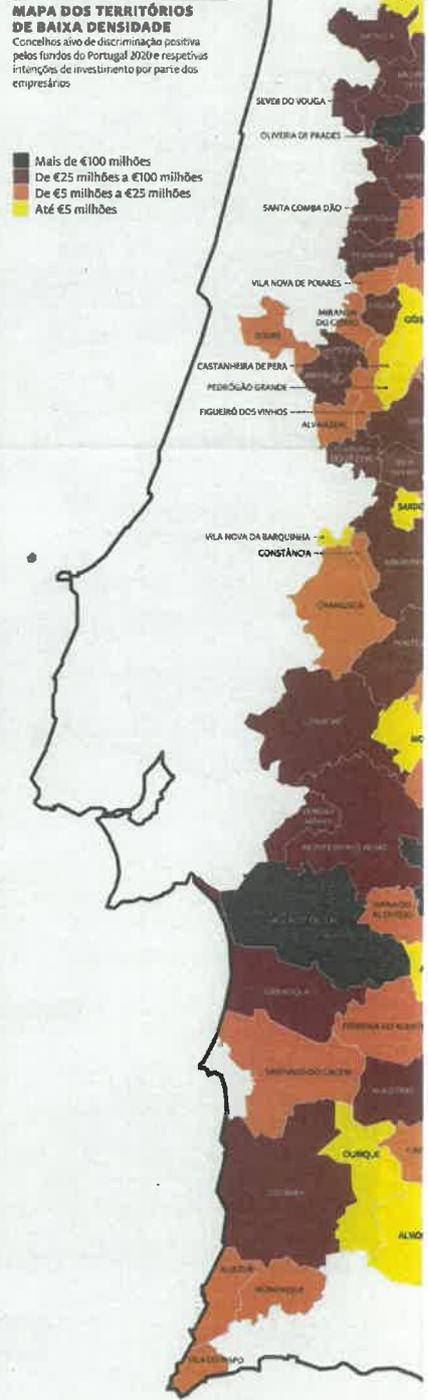
Um grupo de trabalho entre Portugal e Espanha já foi criado para sensibilizar a UE para a necessidade de políticas específicas para esta fronteira tão despovoadas e envelhecidas no contexto europeu. "Nas margens das outras fronteiras, estão as regiões mais pujantes dos respetivos países. A nossa fronteira é a mais pobre e não se ajusta às políticas desenhadas para o Norte e o Centro da Europa", conclui.

economi@expresso.espresso.pt

MAPA DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

Concelhos alvo de discriminação positiva pelos fundos do Portugal 2020 e respetivas intenções de investimento por parte dos empresários

- Mais de €100 milhões
- De €25 milhões a €100 milhões
- De €5 milhões a €25 milhões
- Até €5 milhões



Fonte: Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Valorização do Interior

60% do novo investimento pretende instalar-se no interior

Três em cada cinco euros do investimento que os empresários candidataram ao último grande concurso de fundos comunitários para inovação produtiva do Portugal 2020 tiveram como destino os territórios do

interior. Não o interior em sentido estrito, mas esta definição mais lata das políticas públicas que abrange todos os "territórios de baixa densidade", mesmo que do litoral (ver mapa). No concurso encerrado em

março, 60% das empresas criadas há menos de três anos — e logo com maior liberdade de escolha quanto ao destino do seu investimento — optaram pela zona colorida do mapa, onde a taxa de incentivo sobe 10 pontos percentuais face

ao litoral. "É um número muito interessante", diz o secretário de Estado da Valorização do Interior. "Prova que as pessoas que estão agora a decidir novos investimentos estão a optar pelo interior, fruto dos incentivos comunitários".



Junta à sth de 30.4.19
como anexo.

Exmo. Senhor
Dr. Pedro Manuel Silva Pereira
Presidente da Freguesia da Graça
Rua Jornal Voz da Graça, 62
3270-022 GRAÇA PGR

Lisboa, 6 de junho de 2018

N/Ref.º: S018-2018GCC V/Ref.º: 3/2018

Exmo. Senhor, *Presidente;*

Encarrega-me o Senhor Eng.º Alexandre Fonseca, Presidente Executivo da Altice Portugal, de agradecer e acusar a receção do ofício que lhe enviou e que mereceu a sua melhor atenção.

A Altice Portugal assumiu o compromisso de investir na expansão e modernização das infraestruturas de última geração, dotando as populações e as empresas do acesso aos melhores serviços de comunicações, vendo o território nacional como um todo. Estamos empenhados em contribuir para o desenvolvimento desta região e do País e estamos, naturalmente, sensibilizados para os anseios e preocupações que nos colocou.

Sendo o concelho de Pedrógão Grande uma área de toda a importância para a Altice Portugal no âmbito dos seus projetos de investimento e infraestruturização, informamos que o reforço da cobertura da freguesia da Graça está previsto ser implementado até abril de 2019, pelo que nos manteremos em contacto através dos meios que nos disponibilizou.

Com os meus melhores cumprimentos,

André Figueiredo
Gabinete de Coordenação
e Assuntos Corporativos

André Figueiredo
13/06/2018